

**GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação****UNIVERSO FEMININO: GÊNERO E EDUCAÇÃO, PÚBLICO E  
PRIVADO SE MESCLAM**Claudia de Faria Barbosa<sup>1</sup>Clera de Faria Barbosa Cunha<sup>2</sup>**ASPECTOS INTRODUTÓRIOS E METODOLÓGICOS**

A lenta participação das mulheres nos espaços públicos, em especial na política, têm sido explicada a partir de diversas concepções. No decorrer da história, o que prevaleceu e está presente na concepção de muitos é a divisão de papéis e dos espaços. Este artigo apoia-se na pesquisa de mestrado de uma das autoras que fez a pesquisa, através de entrevistas semiestruturadas, com as mulheres no cargo de prefeita, nos municípios do estado da Bahia, na gestão 2005-2008. O interesse foi descobrir suas percepções sobre o papel que representam, as relações com a educação e suas atuações entre o público e o privado. Para tanto, o artigo perpassa pela educação feminina ao longo dos anos, aportando-se no tempo presente, onde se insere o público alvo da pesquisa: as prefeitas.

**O EDUCAR DAS MULHERES NO ESPAÇO SOCIAL**

No decorrer dos tempos a história mostra a diferença na educação de meninos e meninas, seja na educação formal, seja nos processos mais amplos que buscavam “atividades

---

<sup>1</sup>Doutora em Família na Sociedade Contemporânea, professora da faculdade Ruy Barbosa – Grupo DeVry Brasil e pesquisadora dos grupos de pesquisa NPEJI-CNPq e FORTIS/CNPq

<sup>2</sup> Mestra em Educação e Sociedade, graduada em Pedagogia, especialista em ensino religioso, psicopedagogia, educação inclusiva, docência no ensino superior, planejamento, implementação e gestão da educação, professora na escola estadual Chiquinho de Paiva e supervisora escolar na escola municipal Vigário José Duarte.

intelectuais e de gerência para os da elite, serviços manuais para as classes populares, trabalhos próprios para mulheres e próprios para os homens [...]” (LOURO, 1994, p.44).

No Brasil, em cidades e povoados, sem falar na imensidão rural, grande parte da população prevaleceu analfabeta até quase o século XXI. A contribuição dessa situação sãoresquícios da cultura portuguesa que sempre manteve a ideia de que a mulher deveria viver confinada dentro de casa, no espaço e ambiente doméstico e familiar. “[...] na civilização portuguesa não havia lugar para a instrução feminina, considerada verdadeira ‘heresia social’. O seu ideal de educação circunscrevia-se exclusivamente às prendas domésticas” (SAFFIOTI, 1969, p.200).

Elas não tinham acesso livre aos livros, pelo contrário, muitos eram proibidos e censurados principalmente aqueles que pudessem tirá-las do ideal de serem submissas e religiosas. A leitura e as atividades intelectuais eram tarefas preponderantemente masculinas<sup>3</sup> e as decisões eram tomadas de acordo com os interesses dos latifundiários e coronéis que “teciavam as tramas políticas e silenciavam agregados, mulheres e crianças, os arranjos sociais se faziam, na maior parte das vezes, por acordos tácitos, pelo submetimento ou pela palavra empenhada” (LOURO, 2001, p. 444).

Seria necessário ampliar a oferta de educação que, em muitas “sociedades, havia sido iniciada por homens – aqui por religiosos, especialmente jesuítas, no período compreendido entre 1549 e 1759”. Começa-se o ingresso da mulher na escola formal, embora muitos tenham sido os empecilhos. Dentre eles, não se pode esquecer que, de um modo geral, as meninas das camadas populares possuíam necessidade de se envolverem “nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas” (LOURO, 2001, p. 449 e 445). Isso dificultava a inserção na escola formal.

Por outro lado, para aquelas de uma classe social mais privilegiada, a sociedade impunha outros valores. Muitos acreditavam que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas<sup>4</sup>. A preocupação maior era dotá-las de uma sólida formação cristã, oferecida pela Igreja Católica, a fim de serem mães virtuosas, em consonância com o ideal feminino que “[...] implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas” (LOURO, 2001, p. 446).

---

<sup>3</sup> Ver Leite (2005). O estudo busca reconstituir as práticas sociais, literárias e culturais da sociedade no início do século XIX e final do século XX. Retrata a época em que os livros eram destinados aos homens. Os livros e revistas “apropriados” para as mulheres eram raros. Para ser leitora de assuntos que não fossem exclusivamente femininos, a mulher tinha que usar estratégias, como disfarçar e omitir títulos e autores.

<sup>4</sup> A esse respeito ver Passos (1994). A pesquisa analisa o significado da prática educativa das Ursulinas, tendo como espaço empírico de estudo o colégio Nossa Senhora das Mercês, no período que vai de 1897 a 1956.

As jovens da elite eram educadas para serem esposas que fossem a companhia ideal para seu marido e que cuidassem da casa e dos filhos. A instrução era voltada para o papel da mulher na família e no país. “Sua ‘vida-missão’ estava definida: cabia a ela a formação das gerações posteriores e por este motivo deveria empenhar-se em sua própria preparação” (CAVALCANTI, 2008, p. 15).

Nesse empenho de educar as gerações futuras, a mulher ingressou na carreira do magistério<sup>5</sup>, que se deu principalmente através daquelas que por “necessidade, outras por ambicionarem irem além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que a sua profissionalização não se chocasse com a sua feminilidade” (LOURO, 2001, p. 453).

Em um contexto em que a educação se mostra mais como reprodutora das ideologias do que como espaço de desenvolvimento das capacidades individuais, a presença feminina nas escolas era mantida através de normas rígidas, como garantia de perpetuação dos costumes e promotora de papéis femininos. (CAVALCANTI, 2007). Foi o que Bourdieu (2007, p. 101) tentou demonstrar ao esclarecer que o sistema escolar contribui para reproduzir as diferenças, não apenas entre as categorias sociais, mas também entre os gêneros. Ressaltando que “a história tem que assinalar e levar em conta a reprodução e as hierarquias [...]”.

Elas cumpririam o destino em uma profissão que aos poucos passou a ser considerada feminina, embora as funções de direção e supervisão ainda fossem de prevalência masculina. Se o que constituía a vida de uma mulher era o papel de mãe, pode-se considerar o exercício do magistério como a extensão da maternidade, “a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la” (LOURO, 2001, p. 450).

Esse não foi o único pretexto que contribuiu para o ingresso das mulheres nos cursos normais. Faltavam professores nas escolas, na ausência de candidatos elas ocuparam esses espaços. Sua inserção no magistério foi decisiva, contribuindo para a entrada no mercado de trabalho, em atividades que seriam compatíveis com as funções maternas, “prenunciavam que o magistério elementar seria ocupação essencialmente feminina, chegando mesmo a constituir-se, durante muitos e muitos anos, na única profissão feminina plenamente aceita pela sociedade” (SAFFIOTI, 1969, p. 206).

---

<sup>5</sup> Ver Lima (2006). O estudo resgata a História do ingresso das mulheres no magistério, na Bahia. Analisa o ineditismo do curso normal, especial para as mulheres na Bahia do século XIX. Por acreditarem que a escola é um instrumento de “contenção, controle e adestramento das futuras gerações” devia ser exclusivamente para mulheres.

O acesso à universidade era predominantemente masculino. Em casos isolados e bem específicos, algumas se aventuravam na carreira acadêmica. Saffioti (1969) assegura que, até 1930, a representação feminina nos cursos superiores, como também na política, foi bastante escassa”<sup>6</sup>.

Considerando o tamanho territorial do Brasil, os fatos não ocorreram de forma proporcional, portanto não se pode generalizar. Os grandes centros urbanos tiveram avanços que os outros municípios mais afastados e carentes levaram décadas e até séculos para acompanharem.

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala feminina em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século XIX, que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da história, este relato que, por muito tempo, ‘esqueceu’ as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora dos acontecimentos (PERROT, 2005, p. 9).

Apenas recentemente as mulheres começam escolher cursos predominantemente masculinos. Entretanto, algumas ainda tendem a “seguir cursos impregnados de conteúdos humanísticos e que desembocam, imediata ou posteriormente, em profissões tipicamente femininas, entre elas, o magistério” (ROSEMBERG, 1994, p. 10), isso demonstra o peso da historicidade nas relações cotidianas.

## **A SUBSERVIÊNCIA E OS “BONS COSTUMES”: RANÇOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL**

A história brasileira é permeada de exemplos sobre o papel social das mulheres. No meio rural, os senhores de engenho exerciam autoridade sobre escravos e possuíam todo poder com as mulheres “criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido” (FREYRE, 2004, p. 114), mesmo sendo senhoras e tendo regalias proporcionadas pelas escravas, eram vítimas do domínio ou do abuso do homem.

Opiniões diversas demonstram algo em comum sobre o papel exercido pela mulher na sociedade. Holanda (1995, p. 124) entende que a posição ocupada era: “[...] mais estreitamente vinculada ao lar do que o homem, a mulher era aqui, como o tem sido em toda a

---

<sup>6</sup> Ver Vanin (1998). Ela analisa a presença feminina no espaço público de Salvador no século XVII, através das atividades desempenhadas pelas mulheres.

parte, o elemento estabilizador e conservador por excelência, o grande custódio da tradição doméstica”. Demonstra uma percepção da ocupação dos papéis femininos como naturais.

Por outro lado, Mattoso (1992, p. 448), percebe o poder exercido pelo homem e a importância do papel que a mulher desempenhava dentro de casa, “o pai – verdadeiro *pater familias* – tinha poderes absolutos. Mas, a alma do lar era a dona de casa, que muitas vezes administrava sozinha àquele pequeno mundo de que raramente se afastava”.

Em proporções diferenciadas, os dois autores comungavam sobre a relevância da atuação feminina. A mulher ou “donzela” de boa família que permanecia inerte, confinada dentro de casa, não podia transitar sozinha, em consonância com a distância e com a falta de recursos de meios de transporte. Este fato foi mais um, dos inúmeros motivos, que a fizeram mais conservadora do que o homem, sendo “o elemento de estabilidade da sociedade. Eram os filhos e não as filhas da casa-grande, que recebiam educação na Europa e que promoviam as inovações sociais e políticas e até mesmo alterações na moda feminina” (SAFFIOTI, 1969, p. 184).

Nas famílias de melhor condição social, os filhos iam estudar no exterior, oportunidade que não era proporcionada às filhas. “A autoridade paterna reduzia as mulheres ao estado de eternas menores, condenadas a passar da submissão ao pai à submissão ao marido, sem conseguir uma autonomia real” (MATTOSO, 1992, p. 190).

Dias (1995), comenta sobre a condição vivida pelas mulheres, que prevaleciam à margem dos fatos e ausentes da história, mas não eram privadas de relações de poder e de conflito. Inclusive na cidade, onde se separou ideologicamente o “papel feminino” de forma mais visível, mulheres pobres buscavam recursos para a sobrevivência. Buscavam sobreviver como podiam, na informalidade e nos trabalhos rudimentares em troca do pão de cada dia.

A posição da mulher era viver dentro dos padrões sociais impostos, como “propagadora da missão católica e provedora do núcleo fundamental da vida feminina: a família [...]” (CAVALCANTI, 2007, p. 73). Cumpriam-se os papéis definidos pela sociedade, com regras claras. Dentro da família, eram passados os valores que predominavam, tais como recato, meiguice, discrição. A cada qual, dentro de limites pré-estabelecidos, cabia fazer cumprir suas obrigações, conforme os costumes. No entanto, a falta de recursos e tecnologia fazia com que elas assumissem obrigações que eram inerentes ao “papel masculino”.

Não somente houve casos frequentes em que as viúvas tomaram a direção dos negócios da família com energia e sucesso, revelando-se líderes genuínas, mas também casos, em que a esposa de um homem incapaz ou incapacitado tomou seu lugar na chefia da família. Mesmo na história política do país há vários exemplos de mães de família com vigorosas habilidades para a liderança (SAFFIOTI, 1969, p. 181).

Muitos desses exemplos passaram despercebidos pelos historiadores,<sup>7</sup> restando apenas os mais aparentes. Em estudos mais específicos, é possível encontrar relatos de mulheres que exerceram liderança. Maluf (1995) analisou aspectos do dia a dia de duas fazendeiras, em que tornou visíveis os papéis desempenhados por mulheres da elite rural nas zonas de expansão cafeeira em São Paulo, no fim do século XIX e começo do século XX. A minuciosa luta pela sobrevivência das personagens Floriza e Brasília e suas famílias, num contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, envolvendo uma classe social elitizada no auge da crise do café.

O trabalho, com base nos diários de memória, escritos pelas próprias fazendeiras, demonstra a liderança delas no cotidiano das fazendas, das propriedades e dos grupos familiares, no qual elas “quebraram” com o papel idealizado da mulher de elite, ou seja, o mito de mulheres ociosas, passivas e indolentes na sociedade cafeeira, como é descrito na história oficial.

Há uma omissão da história frente à relevância do papel feminino na formação da sociedade brasileira. Fala-se da influência dos colonizadores, fazendeiros, aventureiros, trabalhadores e escravos, mas há poucos registros que apontam a mulher como “peça” importante nesse processo. Quando muito, elas são retratadas como inativas, apáticas e inertes frente aos problemas sociais. Essa consideração remete à ideia de oposição entre “história das mulheres” e “história dominante” que se constitui um “desafio cujo objetivo não é o de substituir a crônica de um sujeito pelo outro, do masculino pelo feminino, mas, ao contrário, restituir para o centro do processo histórico o conflito, a ambiguidade e a tragédia” (MALUF, 1995, p. 117).

A mulher teve uma participação forte na história do país, quando na condição de “ajudar o marido”, tomava para si responsabilidades e tarefas árduas e de responsabilidade. Administrava a casa, o que não era tarefa simples, pois nas áreas rurais, sobretudo nas fazendas, essa administração incluía cuidar dos filhos, dos empregados domésticos, ajudar o

---

<sup>7</sup> Conforme Valdés (2000), a ação das mulheres foi marcada por uma cultura patriarcal que permanece até os dias atuais em todas as regiões. Esta se plasma em relações de poder e subordinação entre homens e mulheres, nas quais elas são constantemente relegadas ao âmbito da reprodução, do público e do doméstico e invisibilizadas em sua ação pública.

marido e manter o grupo familiar. Devido às dificuldades e a falta de recursos logísticos, os obstáculos eram infindáveis. A falta de estrutura nas casas, como água encanada, energia elétrica e acesso aos remédios e produtos industrializados, exigia iniciativa e capacidade de improvisar para resolver questões urgentes, como em caso de acidentes, doenças, desentendimentos e violências entre pessoas conhecidas e aventureiros que apareciam.

Os alimentos eram em sua maioria, produzidos e armazenados em casa, os remédios eram extraídos de ervas plantadas nas hortas e se resumiam, basicamente aos chás caseiros. A educação dos filhos, sobretudo dos pequenos que viviam em áreas distantes, longe de instituições de ensino, era confiada à mãe. As roupas eram tecidas e costuradas em regime doméstico. Tarefas essas de “obrigação da mulher”, que também “ajudava” o marido na administração dos negócios e o substituía em suas ausências, mas prevalece a ideia baseada no senso-comum, que o “trabalho da mulher é de auxílio ao marido. Ou seja, o trabalho auxiliar é um trabalho sem o mesmo grau de relevância” (MALUF, 1995, p. 198).

Em complementação a isso, a Igreja Católica e a sociedade faziam com que as “funções femininas” fossem entendidas e controladas. Essa fiscalização era feita, sobretudo, pelo pai e irmãos, mas também recebiam a colaboração dos padres, que persuadiam com ideias voltadas para a obediência e o recato, e dos médicos, que as incentivavam a acreditar que sua função enquanto mulher fosse exclusivamente a maternidade.

A mentalidade de controlar a mulher pela força e pela violência, como pelo exercício do *pater-famílias*, começava então a ser substituída por forças mais sutis de dominação. Os homens de letras do período colonial foram os emissores de um discurso crítico sobre os destemperos femininos, cuja intenção era valorizar as ditas honestas, obedientes e recolhidas. As admoestações, aparentemente dirigidas a um público misto, terminavam por circunscrever no mau exemplo exclusivamente a mulher (DEL PRIORE, 1995, p. 114).

Elas deveriam ser obedientes e tinham que demonstrar recato em suas atitudes, predicados estes tidos como naturais e imbuídos na personalidade de cada uma, senhora de bem e de família.

Por outro lado, Dias (1995) chama a atenção para a importância da mulher branca e de seu papel no projeto social de colonização do Brasil, que resultava na valorização social da mulher portuguesa, como reprodutora e transmissora da propriedade, dos costumes, dos valores ideológicos e dos símbolos de ascendência como cor, língua e religião. Possuíam funções de reproduzir o mandonismo local, volta e meia apareciam como chefes de alianças familiares, como tal figuravam como mediadoras do processo de organização política entre o poder central e o local, com influência relevante em diversos aspectos na comunidade.

Outros fatores como acreditar nos mitos, nas crenças e nos legados familiares reforçaram e fizeram com que as mulheres acreditassesem ser inferiores, tornando-se submissas reforçando seu papel/função sempre restrito ao espaço privado. Eram levadas à acreditarem ser incapazes e quando muito eram coadjuvantes, o que “assinala que tanto elas quanto os homens são produtos do meio social e, portanto sua condição é variável” (HEILBORN, 1995, p. 13).

Muitas delas atuaram de forma ativa e participante, embora a condição de invisibilidade tenha se mantido.<sup>8</sup> Durante séculos e, em parte até os dias atuais, a qualidade de invisível faz parte do cotidiano feminino e os fatos as deixam de lado, pois “incorporar à história tensões sociais de cada dia implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder e, às vezes, do próprio processo produtivo” (DIAS, 1995, p.15).

Ao se referir às questões do ambiente privado, esbarra-se em outras que são públicas, “[...] não é uma questão menor inquietar-se com um vocabulário político que funciona com base em alusões à família como princípio de avaliação da realidade social”, pois essas referências vagas e indiretas “tocam de frente o que se deveria admitir como intocável: a fratura entre o ‘privado’ e o ‘público’, entre o indivíduo-cidadão e o grupo social ao qual pertence” (CANÊDO, 2007, p.207).

Ainda na contemporaneidade, prevalece uma visão estereotipada que a mulher deve ter comportamentos direcionados para as funções “ditas femininas”, voltadas para o lar, deixando os assuntos políticos para os homens, sobretudo nos diversos espaços sociais. Além disso, prevalece a constatação que muitas julgam o assunto sem graça e simplesmente não se interessam. No entanto, a causa dessa apatia é que não é levada em conta.

Os estudos da década de 1950 e 1960 são identificados por conceberem uma visão tradicional sobre a mulher na política. Nesse período, predominou nas Ciências Sociais uma interpretação que considerava as mulheres menos envolvidas e interessadas na participação política do que os homens, no que diz respeito à eleição para cargos legislativos, participação partidária; participação em grupos organizados em campanhas eleitorais. Mas as causas para a suposta não-participação não ocupavam lugar de destaque nessas abordagens (BRABO, 2003, p. 24).

Em não discutir a causa da ausência de participação, permanece a ideia do senso-comum de que é a natural a “política ser coisa de homem”. Enquanto isso a mulher fica mais

---

<sup>8</sup> Ver Bernardes (2007). O livro é resultado de tese de doutorado sobre a biografia de Laura Brandão. A autora busca reconstituir a trajetória pessoal e de militante de Laura e constata que ela viveu como morreu, invisível, escondida atrás da imagem pública do marido e do partido.



próxima às questões da casa e da família, suas atribuições ficam limitadas e restritas, pois “o tipo ideal de personalidade feminina implica em acentuada preeminência de orientação para os valores sobre os quais se organiza a vida familiar” (SAFFIOTI, 1969, p. 321).

Por outro lado, Mead (1979, p. 303) demonstrou em sua pesquisa que, dentro de uma exceção dos grupos pesquisados, a cultura não estabeleceu um padrão de comportamento distinto para homem e mulher. Dessa forma, a sociedade tem a ganhar por ter a possibilidade de aproveitar os talentos de qualquer pessoa, desde que os possua, “Cumprir reconhecer toda a gama das potencialidades humanas e tecer assim uma estrutura social menos arbitrária, na qual cada dote humano diferente encontrará um lugar adequado”.

Para Mill (2006, p.133) a humanidade poderia se regenerar quando houvesse “justiça de igualdade e quando os seres humanos aprendessem a desenvolver sua solidariedade mais forte com uma igualdade de direitos e de aprimoramento”. A crítica de Mill a situação de sujeição das mulheres, parte das reivindicações das primeiras feministas. Para ele nenhuma sociedade pode ter esperanças de possuir maiores índices de justiça, quando a metade de seus componentes se encontram em estado de sujeição, entende que as aptidões das mulheres são limitadas pela educação e pela cultura e considera um mal negar a elas o direito de se qualificarem e exercerem atividades tidas, até então, como dos homens. O autor defende os direitos das mulheres, principalmente à qualificação. No entanto, é necessário questionar se esses direitos seriam para todas, ou somente para aquelas de uma classe social favorecida.

## **ANÁLISE DOS DADOS: O PÚBLICO E O PRIVADO: PAPEIS DISTINTOS DA MULHER**

A partir da década de 1970, acontece uma explosão de estudos acadêmicos e as agendas internacionais passaram a contemplar pesquisas e estudos sobre a mulher. Em 1980, esses estudos avançam teoricamente passando para relações de gênero, quando os textos de Joan Scott “passaram a ser traduzidos e publicados no Brasil” (PEDRO, 2005, p. 88).

Começa a formulação de políticas públicas voltadas para as mulheres, de caráter transversal visando “a equidade entre homens e mulheres” (BLAY, 2003, p. 97). Muitas conquistas aconteceram, embora a questão do acesso a cargos públicos e políticos tenha avançado a “passos lentos”. “É provável que estejamos hoje no início de uma nova ‘onda’, mais centrada na questão do poder” (PERROT, 2007, p. 4).

Para Mackinnon (1995) a primeira onda feminista foi inaugurada por Stuart Mill, em 1866, quando pediu ao parlamento inglês, que as mulheres tivessem o direito de votar. A

primeira bandeira do Movimento Feminista. As sufragistas buscavam a igualdade para as mulheres perante as urnas e o direito de exercerem a cidadania, que por muito tempo lhes foi negada. Começa-se uma conquista gradual, que impera até os dias hodiernos, embora distante de uma equidade de gênero e de classe social.

Após a Revolução Industrial – Século XIX, o proletariado urbano e as mulheres adquirem o “direito” de serem cidadãos(ãs), embora ele não abranja todas as pessoas em um único momento histórico. Houve uma modificação nas constituições de diversos países consagrando o sufrágio universal.

No Brasil, em 1932, com a promulgação do Código Eleitoral, o voto feminino passou a ser aceitável, mas não necessariamente obrigatório. Contudo, esse direito era restrito àquelas solteiras e viúvas que tivessem condições financeiras favoráveis e às casadas, desde que os maridos autorizassem.

O obstáculo maior não foi a conquista do direito ao voto. Conforme assegura Tabak (1983, p. 34), mais de 30 anos após a aprovação do Código Eleitoral que assegurou o direito da mulher votar e ser votada, em 1966, um levantamento da Câmara dos Deputados “consignava a existência de apenas dezesseis mulheres prefeitas municipais, distribuídas por oito Estados da Federação”, fato que, mais uma vez, demonstra que apenas votar não é garantia de uma cidadania plena.

Com a promulgação da Constituição de 1988, efetivamente, aconteceu o “sufrágio universal”, quando de fato incorporou os analfabetos e garantiu a todos usufruir dos direitos políticos. Apesar da demora, as pessoas não percebem a importância de exercer esse ato de “cidadania”, como comenta a prefeita abaixo.

É muito poder que o voto tem, ele é semelhante a um cheque em branco, que você só dá a quem confia, o ideal é que não desse a ninguém. É sua cidadania sendo exercida, isso é sério e as pessoas trocam com tanta falta de ponderação. Aquele pedido de todo dia, que além de imaginar que está resolvendo o seu problema, está levando a comunidade junto com ele e com você na leviandade de um gesto.  
(Prefeita 1)

Tal afirmativa demonstra a consciência da prefeita em relação aos votos que recebe como também a responsabilidade e a capacidade de discernir pedidos, muitas vezes incoerentes e absurdos de serem atendidos. A formação profissional das prefeitas se mostrou com base em uma educação que molda perfis femininos.

O que reflete na sociedade em evolução com o patriarcado predominante sempre foi a concepção de que cabe às mulheres a responsabilidade de ‘cuidar’ da família e aos homens a

incumbência de resolver os assuntos públicos. “Esta divisão baseia-se na identificação simbólica da mulher com o mundo da casa, e do homem com o mundo da rua, como universos regidos por códigos morais distintos” (SARTI, 1989, p. 38).

A tendência em separar a vida social, ou esfera pública, atribuindo-a aos elementos masculinos do grupo, de uma esfera privada ou mundo feminino por excelência, parece ser universal, segundo dados fornecidos pela antropologia. Esta divisão define como feminina a esfera privada, ligada à reprodução e à criação dos filhos. Em contrapartida, a esfera pública masculina por excelência, estaria associada à política, à guerra e à caça. (BRUSCHINI, 1993, p. 61)

Para Matta (1991, p. 121) seria preciso acrescentar a linguagem da casa e da família, às funções públicas “no sentido de somar um pouco mais a casa, a rua e o outro mundo, aproximando um pouco mais essas esferas”. As categorias sociais públicas e privadas ao invés de permanecerem constantes como esferas separadas deviam ser complementares.

“O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública”. Os laços afetivos predominam na vida social “uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (HOLANDA, 1995, p. 82).

A vida privada e a pública é uma incompatibilidade total. De fato, o grande legado da política, que você aprende desde os primeiros dias, é a total e absoluta falta de privacidade. No interior disso se constitui, no meu município é bastante evidente. Ainda mais no meu caso, que tem um atenuante especial, eu não sou política de aliciar voto, eu sou política de convencer, de conquistar. Não perpassa pela minha campanha dinheiro. Em contrapartida, isso delega a cada eleitor a propriedade do eleito, ele não recebe dinheiro, mas tem acesso ao meu quarto, a minha mesa, a minha geladeira, vira uma intimidade permitida, compartilhada e você perde de fato. Se você protestar é como se o seu ídolo estivesse sendo derrubado, aquela coisa: eu sou íntimo da prefeita, sou íntimo da casa da prefeita, às vezes, tento respirar e não consigo... (PREFEITA 5).

Para a prefeita, faz-se necessário colocar-se no lugar do outro, onde o privado se torna público. O sujeito passa a sentir o que sentiria o outro. É uma relação de extrema troca de sentimentos, já não existe mais parte isolada e sim, partes de um todo que se completam em um ambiente público e familiar ao mesmo tempo. É a emoção em todas as conquistas, vive-se um constante paradoxo.

É muito cansativo! Você fica 24h numa vitrine, né? É todo mundo olhando, todo mundo vendo. Se você dá um passo as pessoas estão observando e isso cansa, porque tem momentos que você precisa ficar só, curtir os momentos familiares, pensar e você não consegue. Primeiro não pode dizer que não recebe as pessoas e é

difícil para elas entenderem... Você fica sempre abdicando de suas coisas particulares, da privacidade, da vida familiar e isso acaba trazendo muito *stress* para a gente.(Prefeita 2)

Muitos são os enigmas e os desafios da vida pública em consonância com a vida privada. Os laços e vínculos que unem as mulheres às famílias são fortes, porque envolvem o binômio reprodução e produção, a interdependência, o cuidado e a ética, resultado de toda uma história de dominação. Nesse sentido, redefinir a identidade das mulheres na vida pública supõe incorporar todas essas atribuições, mas buscando superar a tradicional divisão sexual do trabalho.

### **EDUCAÇÃO QUE EMANCIPA OU REPRODUZ?**

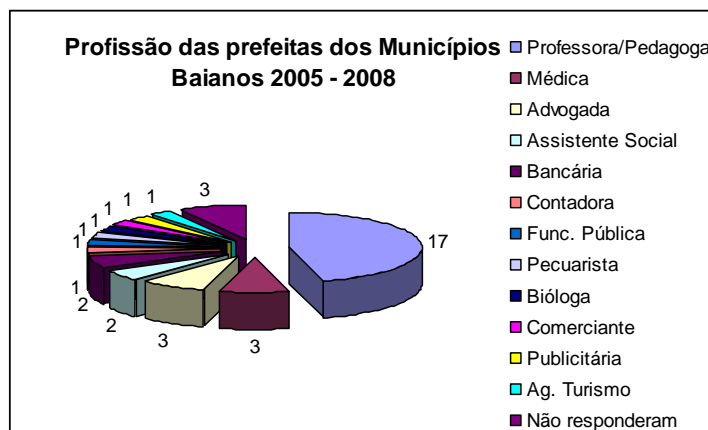
A presença da mulher se faz sentir predominantemente na área da educação. Com referência à profissão das prefeitas entrevistadas (2005-2008), 54,05% delas possuem formação voltada para a área educacional, são professoras, pedagogas, mestres e, em alguns casos, já exerceram o cargo de Secretária Municipal de Educação. Isso se coaduna com a história das mulheres no Brasil.

Tudo do meu legado de professora se constitui a base de minha vida política. Eu agradeço a Deus por ser educadora em primeiro lugar, antes de qualquer coisa. Sou educadora, especialista em alfabetização e me relaciono com a linguagem lúdica da criança, ela não sabe ler, mas entende. Eu aprendi, como educadora, que é preciso colocar os sentimentos nas ações (PREFEITA 5).

Observa-se ainda que estas, em geral, têm mais consciência e comprometimento com o papel que representam, o magistério, embora ainda considerada “profissão feminina por muitos, contribuiu para a formação política, influenciando a trajetória e, posteriormente, a eleição das mulheres. Entretanto, não podemos generalizar tal influência” (BRABO, 2003, p. 320). Mais uma vez, gênero e educação, público e privado se mesclam.

As demais estão distribuídas da seguinte maneira: médicas e advogadas representam 8,10%, assistente social 5,40%, bióloga, administradora, bancária, comerciante, agente de viagem e pecuarista representam 16,21% e 5,40% não informaram. Existem aquelas que fizeram outro curso posterior, a exemplo do curso de direito, provavelmente para dar suporte à carreira política. Isso demonstra que, além do fator familiar, a educação é um caminho para o acesso ao poder e opções para continuação de trabalhos específicos.

Eu gosto muito do serviço social. Eu vim dele e vou voltar para ele. Eu pretendo, quando sair da prefeitura, dar muita atenção à associação que eu criei e a cooperativa, que quero continuar. Estou com um projeto de fazer uma central de beneficiamento e implantar a cooperativa de catadores, em parceria com os municípios vizinhos. Pretendo, realmente, encarar isso com muita seriedade. (Prefeita 1) .



Fonte: Adaptação de dados coletados do TSE (2007) e UPB, (2007 e 2008).

No decorrer da pesquisa, percebe-se uma visão estereotipada de “papeis femininos” na sua atuação na esfera pública. Para Dietz (2001) as virtudes que surgem da prática social da maternidade não devem ser inspiradas como valores que conformem a prática política da cidadania. “a única prática que pode gerar e reforçar esta consciência não é a maternidade, mas a prática da atuação política, do compromisso com outros cidadãos para determinar e perseguir interesses individuais e comunitários em relação ao bem público.” (DIETZ, 2001, p. 66)

Para Costa (1988, p. 49), na sociedade atual ainda prevalece estereótipos mantidos pelo sistema patriarcal, que caracterizam a “personalidade feminina”, como emotividade, conservadorismo, passividade, instinto que permitem à mulher desenvolver satisfatoriamente seu papel nas esferas domésticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dualidade de sentimentos vividos pelas mulheres, sujeitos da pesquisa, evidenciam sentimentos que parecem contracenar com a história, de muitas outras mulheres que viveram momentos de luta pela igualdade de direitos. Nota-se que elas sentem necessidade de uma vida privada quando o público torna-se algo difícil de lidar.

Infere-se uma relação simbólica, talvez invisível, nos sentimentos de quem não precisou passar por tantos flagelos e humilhações como as mulheres da antiguidade ou até

mesmo as de classes menos favorecidas econômica e socialmente da sociedade contemporânea.

Permanece entre as mulheres dificuldades para permanecer no espaço público, lugar que sempre foi destinado aos homens. Os sentimentos se misturam entre a busca e a conquista, e por outro lado, permanece a inquietação no modo de participação dos espaços conquistados e não definidos como espaço de todos.

Apesar das lutas e dos avanços femininos, percebe-se que a “visão” domesticada de mulher acostumada com a política do lar e da escola na sombra da figura masculina, formando uma sociedade unida e perfeita está entre os pressupostos da vida pública, em especial na política. Muitas vezes, elas não conseguem discernir entre os mitos e as controvérsias da história em busca de avançar nas políticas públicas, reproduzindo o que foi passado pelas gerações anteriores e deixando o seu legado nas mãos dominantes.

O cruzamento de categorias contribuiu no sentido da multireferencialidade e da associação de gênero e educação, ressaltando que existem outras categorias a serem abordadas. Tempo e experiência, a produção e a reprodução se matizam de forma naturalizada, como exemplos a serem seguidos, sobretudo, nos últimos tempos, que novas perspectivas se abrem e é possível ocupar espaços e firmar novas fronteiras nas relações humanas.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Gênero e poder local: eleições municipais do ano 2000 em Marília (SP)**. Tese (Doutorado em Sociologia), São Paulo: Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. **Teoria crítica da família**. In: AZEVEDO, Maria Amélia, NOGUEIRA, Viviane N. de A. (orgs.), *Infância doméstica: fronteiras de conhecimento*. São Paulo: Cortez, p. 49 - 79, 1993.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método**. Cadernos CEDES, vol. 18 nº 42 Campinas, Agosto de 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010132621997000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621997000100004&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 24 set. 2007.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Educação, história e religião:** ordens religiosas como lócus da construção de identidades femininas. *Revista Aulas*, v. 4, p. 1 – 18, 2008.

\_\_\_\_\_. **Memórias femininas:** tempo de viver, tempo de lembrar. In: *Revista Brasileira de História. Órgão Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54 jul. – dez., 2007, p. 59 – 82.

COSTA PINTO, Luiz Aguiar **Lutas de famílias no Brasil:** Introdução ao seu estudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIETZ, Mary Dietz. Cidadania com cara feminista. *Debate Feminista* (n. especial). México, 2001, p. 55 – 78.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel:** memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870 – 1920). Salvador: Quarteto, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula.** In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero.** In: *Projeto História*, 11. São Paulo: EDU/PUC-SP, 1994, p. 31- 46.

LIMA, Marta Maria Leone. **Ingresso das mulheres no magistério da Bahia:** o resgate de uma história. (Tese de doutorado). Salvador: UFBA, 2006.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória.** São Paulo: Siciliano, 1995.

MACKINNON, Catherine A. **Hacia uma teoria feminista Del Estado.** Madrid: Cátedra. 1995, p. 21-81.

MATTA, Roberto da. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1991  
MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia Século XIX** Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres** (1869). São Paulo: Escala, 2006.

PASSOS, Elizete Silva. **A educação das virgens**. Um estudo do Colégio NossaSenhora das Mercês, (Tese de doutorado). Salvador: UFBA, 1994.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Mulheres e Educadas e a Educação de Mulheres**. In: PINSKY, C. B. e PEDRO, Joana M. **Nova História de Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, P. 333 – 359.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação e gênero no Brasil**. In: Projeto História, 11. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1994, p. 7-17.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SARTI, Cynthia. **A. Reciprocidade e hierarquia: Relações de gênero na periferia de São Paulo**. São Paulo: Caderno de pesquisa, 1989, p. 38 – 46.

VALDÉS, Teresa. **De lo social a lo político: La acción de las mujeres latinoamericanas**. Santiago: Editorial LOM, 2000.

VANIN, Iole Macedo. **Do patuá ao gengibre: um estudo sobre as atividades femininas em Salvador do século XVII**. Monografia. Salvador: UCSAL, 1998, 79 p.